

# Emigrantes na Alemanha ameaçados de expulsão

Os angolanos e moçambicanos que emigraram para a extinta RDA, ao abrigo de acordos bilaterais, deveriam adquirir o direito de residência na Alemanha unificada.

Esta exigência foi feita por Cornélia Schmalz Jacobsen, delegada do Governo Federal para os assuntos dos estrangeiros, no decorrer de uma conferência, em Weimar, Turíngia.

Cerca de 20 mil pessoas, oriundas de Angola, Moçambique, Cuba e Vietname, vivem na Alemanha unificada sem terem autorização de permanência.

A maioria destes estrangeiros não quer regressar aos seus países de origem, onde a situação política e social vigente não lhes permite uma vida digna.

Sobre os trabalhadores estrangeiros que chegaram à Alemanha de Leste nas

condições referidas para agora a ameaça de expulsão, logo que expirem os contratos a prazo originalmente celebrados com a ex-RDA e aceites pelo Governo Federal, após a unificação alemã.

Cornélia Schmalz Jacobsen, dirigente do Partido Liberal, disse em Weimar, na Conferência dos Delegados do Governo Central e dos Governos Regionais para os Assuntos dos Estrangeiros, que «é urgente encontrar soluções para estas pessoas», cuja expulsão generalizada reconhecera a existência de «estrangeiros de duas classes».

Os cidadãos de países da CE perfazem apenas cerca de 30 por cento do total dos residentes na Alemanha.

«Um turco que vive há 30 anos na Alemanha não poderá votar nas eleições autárquicas, enquanto o seu vizinho espanhol ou português tem esse direito», alertou a delegada do Governo Federal.

Cornélia Jacobsen exigiu a promulgação de uma lei que garanta o direito de voto a todos os estrangeiros que residam na Alemanha há pelo menos oito anos.

A conferência de Weimar criticou ainda a nova lei sobre a concessão de asilo político, invocando-se que este diploma não contém nenhuma disposição para regulamentar a imigração.

«Não é possível fechar todas as portas aos estrangeiros que querem imigrar para a Alemanha sem fixar, simultaneamente, as condições para a imigração legal», disse Jacobsen.

Na opinião unânime dos delegados para os assuntos dos estrangeiros, esta situação provocaria um aumento descontrolado das entradas e também abusos na esfera privada.